



**ORIENTAÇÃO N. 002/EPD/CMCB, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2025**

A LGPD enfatiza a necessidade de transparência e consentimento explícito para o tratamento de dados pessoais, incluindo aqueles coletados por meio de cookies.

O **ENCARREGADO DA PROTEÇÃO DE DADOS (EPD) DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA/ES**, no exercício das suas competências dispostas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), em especial em seu art. 41, inc. III, a atividade de “orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais”; e

**CONSIDERANDO** que antes de qualquer coleta de dados, é necessário obter o consentimento explícito dos usuários.

**CONSIDERANDO** que o Encarregado da Proteção de Dados (EPD) é responsável por monitorar a conformidade da organização com a LGPD, promovendo práticas adequadas de proteção de dados.

**CONSIDERANDO** que o Encarregado da Proteção de Dados (EPD) é responsável pela identificação e gestão de riscos relacionados ao tratamento de dados pessoais.

**CONSIDERANDO** que o Encarregado da Proteção de Dados (EPD) deve assegurar que os direitos dos titulares previstos na LGPD, como acesso, correção, eliminação e portabilidade dos dados, sejam respeitados.

**RESOLVE ORIENTAR** os agentes públicos do Poder Legislativo Municipal, sob a perspectiva da proteção de dados pessoais, nos seguintes termos:

**1. COOKIES**

O Guia Orientativo “**Cookies e proteção de dados pessoais**” da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) estabelece que: “Cookies são arquivos instalados no dispositivo de um usuário que permitem a coleta de determinadas informações, inclusive de dados pessoais em algumas situações, visando ao atendimento de finalidades diversas”. Nas palavras de Patrícia Peck Pinheiro (2025, p. 86):

Em linhas gerais, **os cookies podem ser definidos como pequenos arquivos criados pelos websites no âmbito da comunicação do protocolo HTTP, que ficam salvos no computador do usuário por meio do navegador utilizado.** Embora pequenos, tais arquivos contêm informações de identificação do usuário visitante do site.<sup>1</sup> (Grifos nossos)

O mais interessante de seu uso e aplicação é que esses arquivos não têm limite na capacidade de armazenamento de informações. Com isso, as mais variadas informações

---

<sup>1</sup> PINHEIRO, Patricia Peck. **Proteção de dados pessoais**: comentários à lei n. 13.709/2018. 4. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023.



pessoais sobre o titular de dados, como endereço de e-mail, preferências de acesso do usuário ao site, a cidade a qual o acesso está sendo realizado, horário, alguns hábitos de navegação e comportamentos podem ser capturados (PINHEIRO, 2023, p. 86).

Segundo o **Guia Orientativo “Cookies e proteção de dados pessoais”**, os *cookies* constituem um mecanismo útil para diversas finalidades, dentre as quais as de identificação de usuários, viabilização de pagamentos online, apresentação de anúncios e medição da eficácia de um serviço ou de uma página eletrônica. No entanto, **o atendimento a essas finalidades somente será legítimo se respeitados os princípios, os direitos dos titulares e o regime de proteção de dados previstos na LGPD (2022, p. 13).**

## **2. DOS ALERTAS E DICAS PRÁTICAS PARA COMPLIANCE COM A LGPD**

Por força do art. 41, inc. III, da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), e, considerando que **o aviso de cookies é um ponto fundamental na implementação da LGPD**, o Encarregado da Proteção de Dados (EPD), **ALERTA:**

- 1. A adoção da política de cookies no site da Câmara Municipal de Conceição da Barra/ES deve seguir as diretrizes estabelecidas pela Lei nº Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e outras normas pertinentes**, como o Decreto nº 10.046/2019, que trata do compartilhamento de dados na Administração Pública federal;
- 2. Antes de qualquer coleta de dados, é necessário obter o consentimento explícito dos usuários. Isso significa que os usuários devem ter a opção de aceitar ou recusar o uso de cookies**, e essa escolha deve ser registrada;
- 3. A política de cookies deve incluir instruções claras sobre como os usuários podem alterar suas preferências de consentimento;**<sup>2</sup> E mais: a Política de Cookies deve apresentar informações sobre as finalidades específicas que justificam a coleta de dados pessoais por meio de *cookies*, o período de retenção e se há compartilhamento com terceiros, entre outros aspectos indicados no art. 9º da LGPD.
- 4. A Câmara Municipal de Conceição da Barra/ES deve informar claramente as hipóteses em que realizam o tratamento de dados pessoais**, fornecendo informações claras e atualizadas sobre a previsão legal, a finalidade, os procedimentos e as práticas utilizadas.

Essas práticas ajudam a garantir que a coleta e o uso de dados por meio de *cookies* no site oficial da Câmara Municipal de Conceição da Barra/ES sejam realizados de maneira

---

<sup>2</sup> Dados pessoais coletados a partir de interações realizadas em um sítio na internet, em um aplicativo ou em um serviço digital, podem revelar diversos aspectos da personalidade e do comportamento de pessoas. Em tais contextos, essas pessoas são colocadas em uma posição de maior vulnerabilidade especialmente em face da assimetria de informação com relação a grandes provedores de aplicações de internet, que respondem pelo tratamento de uma quantidade massiva de dados pessoais ou quando os propósitos do tratamento não são apresentados de forma clara, precisa e facilmente acessível.



transparente, segura e em conformidade com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

### **3. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para concluir, destaco que os *cookies* são considerados e preocupantes, sob o aspecto da proteção de dados, já que **podem armazenar diversas informações pessoais de um titular de dados e podem aumentar os problemas de incidentes de privacidade**. Destaca-se que incidentes de privacidade se referem a eventos em que há uma violação ou comprometimento da privacidade de dados pessoais.<sup>3</sup>

No mais, com o fito de atender ao **princípio da transparência** e auxiliar o titular a compreender o tratamento dos dados pessoais coletados por meio de *cookies*, **recomenda-se a elaboração de uma Política de Cookies ou documento equivalente** – isto é, uma declaração pública que disponibilize informações aos usuários do site da Câmara Municipal de Conceição da Barra/ES.

Conceição da Barra/ES, data da assinatura digital.

Respeitosamente,

**Clemilditon Alves de Oliveira**  
*Data Protection Officer - DPO*  
Portaria nº 10/2025

---

<sup>3</sup> Isso pode incluir vazamentos de dados, acessos não autorizados, ou qualquer situação em que informações pessoais sejam expostas ou utilizadas de maneira inadequada.